

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 11ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288p.

## **PERFORMANCES E PROBLEMAS DE GÊNERO, JUDITH BUTLER**

---

**Marcel de Almeida Freitas<sup>1</sup>**

Judith Butler é uma filósofa norte-americana de origem russo-judaica pós-estruturalista nascida em 1956. Hoje atua na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde se dedica a temas relativos à retórica, ética, filosofia política, literatura comparada, relações de gênero e aos estudos sobre mulher. Ela realizou seu doutorado na Universidade de Yale em 1984 e tratou da questão do desejo a partir de uma perspectiva hegeliana. De orientação homossexual, a autora fala principalmente a partir da teoria queer e do feminismo pós-moderno. Deste modo, sua extensa obra é fundamental para diferentes campos de conhecimento como as Ciências Sociais, Literatura, Comunicação Social, Psicologia, Direito e, até mesmo, Medicina e Biologia. *Gender Trouble: feminism and subversion of identity* é uma obra que, mais de 25 anos após sua publicação original nos Estados Unidos ainda vem causando importante impacto nos estudos de gênero e nas teorias queer, não somente no Brasil, mas em praticamente todo o Ocidente.

A própria Butler procedeu a releituras e modificações no prefácio da edição comemorativa dos 10 anos, em 1999, e na conferência realizada quando do aniversário de 25 anos da obra ela revê e problematiza questões ali colocadas inicialmente. Sem abandonar seu olhar inicial sobre as relações sociais, isto é, de que gênero e a sexualidade humana são construídos performativamente pela cultura ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais e quenão são somente normativos, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, primeiro livro da filósofa lançado no Brasil e publicado pela primeira vez em 1990,

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Pesquisador Colaborador da Universidade Federal de Minas Gerais e Professor da Faculdade de Estudos Administrativos. E-mail: marcel.fae.ufmg@gmail.com.

cuja 11ª edição é o tema desta resenha, ela agrega indagações, provocações e postulados que contemplam a questão do discurso e do poder, especialmente em Foucault, e dos sistemas simbólicos mais abrangentes como é o caso, por exemplo, daqueles tratados pela Psicanálise, especialmente a lacaniana.

Neste livro provocador Butler elabora incisiva crítica a dois pilares do movimento feminista e dos movimentos sociais em geral: a identidade e a categoria “mulher”. Segundo ela, não é possível existir uma identidade conforme veio preconizando a metafísica ocidental, e o sexo e a sexualidade são tão “convenções sociais” quanto o gênero, sendo, tanto a identidade quanto a sexualidade, constituídas a partir da prática, da performatividade, e não o oposto. Ela argumenta que, paradoxalmente, buscar definir uma identidade para certo movimento político-social acaba por “aprisionar” os indivíduos em categorias ontológicas engessadas ao invés de os libertar como os movimentos pleiteiam, isso valendo não apenas para os movimentos feministas.

Neste sentido, a filósofa rejeita a metafísica da substância subjacente à maior parte do pensamento filosófico desde o Iluminismo e que conduziu a reflexões cristalizadas de que o corpo e o sexo seriam categorias auto evidentes e a priori à cultura. Para ela, também estas categorias como a realidade são produzidas performativa e culturalmente. Além da performatividade, outros pontos fulcrais do livro são a centralidade da categoria gênero, a questão do sujeito, o binarismo cultura versus natureza, a passagem de uma heterossexualidade compulsória para uma heteronormatividade das relações sociais e a constituição linguística do real. Butler também criticou os pressupostos do “construcionismo social”, defendendo que a noção de performatividade busca outro registro teórico para as armadilhas do “culturalmente construído”.

Conforme foi dito, *Problemas de gênero* foi o primeiro livro de Judith Butler lançado no Brasil, cuja primeira edição (norte-americana) é de 1990, sendo, talvez, sua obra mais conhecida. Propositamente provocador e escrito em linguagem pouco comum na academia, contribuiu decisivamente para a crítica teórica e para que as metodologias de estudos feministas fossem revisitadas desde então. O livro está segmentado em três grandes capítulos principais que, por sua vez, estão divididos em tópicos mais específicos: capítulo 1- Sujeitos do sexo/gênero/desejo;

capítulo 2- Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual; capítulo 3- Atos corporais subversivos; por fim, a conclusão, onde ela advoga a existência de uma prática política sem que esteja fixada em uma identidade fechada e fixa.

Para ela se faz necessário uma subversão na temática da identidade, isto é, não existirá a emancipação da mulher e de outros sujeitos oprimidos a menos que se também se subverta esta categoria – identidade – que também as aprisiona. Na esteira de Jacques Derrida ao desmontar o binarismo *significante/significado* que criticou de forma contundente a metafísica ocidental, a autora também critica a filosofia do sujeito dominante no pensamento moderno, admoestando que os feminismos não deveriam tentar se alocar dentro do humanismo, visto que este, além de fechado, tende à universalização e à descontextualização dos sujeitos.

Outro aspecto basilar da obra é o questionamento do caráter “natural” das diferenças anatômicas entre mulheres e homens. A partir de críticas ao estruturalismo de Lévi-Strauss e à fixidez das categorias “cultura” e “natureza”, ela questiona tais premissas se opondo a estes pressupostos e criticando como o estruturalismo, tanto na Antropologia quanto na Psicanálise, informou diversos binarismos como, por exemplo, a dicotomia *sexo/gênero* do feminismo, onde *sexo* seria um dado biológico e *gênero* uma construção da sociedade. Ademais, ela questiona o termo genérico “mulheres” ser o sujeito do feminismo, sendo que uma das decorrências desse seu pensamento é a possibilidade de se incluir as teorias *queer*, os movimentos de *lésbicas*, *gays*, *transgêneros*, *bissexuais*, *transexuais*, dentre outros, no feminismo.

O principal problema que Butler enxerga na tendência em considerar o *sexo* natural e o *gênero* cultural é transformar este último conceito em uma nova essência, a cultura tornando-se o “destino” aos moldes de como a biologia era vista no século XIX. Então, em uma crítica radical, a filósofa propõe que os conceitos de *sexo* e *gênero* sejam separados, isto é, não necessariamente *homens*, *mulheres*, *machos* e *fêmeas*, *masculino* e *feminino*, respectivamente, conceitos e realidades seriam correspondentes, buscando mostrar que as associações entre *gênero* e *sexo*, em qualquer cultura, são *arbitrárias*. Portanto, neste livro Butler se esforça em salientar que o *sexo*, tal como o *gênero*, também é *contingente*, *discursivo*, *histórico* e *cultural*, em suma, *gênero* e *sexo* seriam, ambos, *construções* sociais

e temporais. Este é um dos pontos em que ela contesta Simone de Beauvoir: não haveria nenhuma essência no “ser” fêmea que o levasse, inexoravelmente, a se tornar mulher, tentando, nesta proposta, “libertar” o gênero e o sexo daquilo que Butler nomeia, baseando-se em Nietzsche, da metafísica da substância.

Dizendo de outra maneira, o sexo também é uma categoria sociocultural e também é construído, ao lado de gênero, que é uma categoria construída a partir das práticas, discursos e vivências individuais dentro da sociedade. A partir destas formulações radicais, a autora questiona também a heterossexualidade compulsória, buscando lançar a questão da hetero/bi/homossexualidade em novas linhas de reflexão, criticando algumas pressuposições ontológicas e epistemológicas há muito radicadas nas ciências humanas como, por exemplo: o que é/estar ser mulher, o que é/estar homem? Indagações estas que, conforme a filósofa, ampliam a percepção da multiplicidade de sexualidades e de “gêneros”. Não haveria, então, uma “alma”, natureza ou essência feminina ou masculina.

No que concerne à organização do livro, no primeiro capítulo Butler recoloca a questão de “a mulher” (sempre questionando desde o início o termo no singular) como sujeito do movimento feminista e a diferenciação sexo/gênero, bem como o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, compreendendo tais categorias como regimes de poder/de discurso e arguindo: como a linguagem constrói as categorias de gênero? Onde e como convergem falocentrismo e heterossexualidade? A linguagem realmente funde o sexual e o feminino, sendo o masculino tido como “geral”, como postula a acadêmica Luce Irigaray? Como a linguagem constrói a produção fictícia de “sexo”? Que práticas culturais produzem a dissonância e a descontinuidade subversiva entre gênero, desejo e sexo e suas relações? Estas são algumas importantes perguntas que ela lança neste capítulo.

No segundo capítulo a cientista nos oferta uma leitura crítica do estruturalismo, seja na Psicanálise, seja na Antropologia, bem como discorre sobre as apropriações do termo, algumas, a seu ver, duvidosas, feitas pelo feminismo acerca do tabu do incesto enquanto processo que busca impor identidades e desejos sexuais distintos e internamente coerentes aos sujeitos a partir de uma matriz psicológica estruturada em torno da heterossexualidade. Aqui dialogando principalmente com a teórica feminista Monique Wittig, ela discorda das posturas ortodoxas

do estruturalismo que advogam um estágio “pré-jurídico”, “pré-cultural” e, especialmente, “pré-linguístico” da humanidade. Na sua acepção, não há um “eu” antes que é revelado pela cultura, mas sim o próprio ‘eu’ é produzido e modificado ao longo da sua trajetória de vida social.

Além do discurso, outro tema que atravessa todo o livro é a questão das relações de poder, quando Butler claramente se alicerça em Foucault, mas, obviamente também, não de forma acrítica. Dentre as admoestações mais ácidas que Butler dirige ao corpo teórico psicanalítico é o de considerar a mulher 1- no singular e 2- como ausência. Ademais, ela reprova o fato de “(...) o discurso estruturalista se referir à Lei, no singular, seguindo o argumento de Lévi-Strauss de que existe uma estrutura universal de troca reguladora que caracteriza todos os sistemas de parentesco” (p. 77). Além disso, a autora refuta as ideias de totalidade e de universalidade próprias do estruturalismo, bem como o binarismo e o dualismo que lhe é peculiar. Logo, o sujeito é a um só tempo sexuado e sexuante, ou seja, o sexo não é dado, é elaborado tanto quanto o desejo ou o gênero.

No seu entender, os seres humanos, seja enquanto grupo seja enquanto indivíduos, vão sendo elaborados e modificados paralelamente à construção/ transformação social da própria linguagem e dos elementos sociais que os compõem. Seria, então, um processo dialético. No terceiro capítulo, em que trata da questão da corporalidade, Butler discute (na maioria das vezes concordando) com a antropóloga Mary Douglas e com a filósofa Julia Kristeva sobre a “implosão” dos binarismos sexuais tipo macho-fêmea e ensejando uma subversiva ressignificação dos termos e das práticas corporais e sexuais assim como do desejo. Neste ponto, ela coloca que as identidades e os sujeitos são fundamentalmente performativos, ou seja, não basta dar-lhes nomes, mas há que atentar também para os atos concretos que lhes dizem respeito, não somente sexuais, mas corporais de modo geral.

Colocando em outros termos, o principal intuito da filósofa ao longo de toda a obra foi historicizar e salientar o aspecto socialmente construído dos processos, estruturas e fenômenos ligados ao desejo, ao corpo, à sexualidade e ao gênero. Neste sentido, Butler insere a biologia no domínio do construcionismo social, da mesma forma que procedeu, obviamente, em relação ao gênero. Ademais,

ela buscou desencorajar a dicotomia sexo versus gênero que, em sua concepção, limita e engessa as teorizações e as mobilizações do feminismo. A seu ver, algumas vezes as feministas caem na armadilha de ratificar, sem o querer, a “ordem compulsória” que estabelece coerência entre um gênero, uma orientação do desejo e um sexo voltados para uma prática, inexoravelmente, heterossexuais, ou seja, o gênero não pode ser simplesmente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. Diz respeito aos processos de produção/constituição dos sexos.

Pode-se dizer que sua ampla proposta é, no segundo capítulo, um pouco difícil para quem não domina o linguajar e os marcos teóricos psicanalíticos ao problematizar as formas como as “ficções” de gênero – seja nos movimentos feministas, na ciência, na psicanálise – instauram e colocam em circulação denominações simplistas e, algumas vezes, equivocadas de fatos “naturais”, não admitindo ou sequer cogitando que a própria natureza humana é cultural e historicamente construída. De acordo com Butler, a complexidade da noção de gênero demanda um olhar inter, trans e pós-disciplinar de discursos e de métodos, o que poderia dirimir a domesticação acadêmica dos estudos desta área e dos estudos sobre as mulheres, além de levar às últimas consequências o legado crítico do feminismo, a seu ver, a indeterminação do conceito de gênero não é um fracasso, mas sim um ganho para os movimentos de mulheres, LGBTQT e outros vinculados a estes lugares e práticas.

Finalmente, em oposição ao comumente defendido pela maior parte das teóricas feministas, no entender da filósofa, gênero seria um processo contextual e contingencial, ponto de convergência de fenômenos históricos e culturais localizados e reais, não atrelado a um ser substantivo fundacional, ou seja, no lugar de gênero vinculado ao sujeito, Judith Butler preconiza ser o gênero o efeito de certas relações sociais, políticas, históricas e culturais. Em síntese, *Problemas de gênero* visa desconstruir a noção de gênero e de identidade na qual está assentada a maior parte da teoria feminista. Vale notar que desconstruir não é destruir, sendo que nesta obra a autora crítica o fato de a díade sexo/gênero ser algo como o marco fundacional do movimento político feminista, ao partir de ideia de que o sexo seria natural e o gênero sociocultural. Para Butler, tanto a sexualidade quanto

gênero advêm de conjuntos de ações performativas, são práticas performativas (que ela difere do conceito de performances como concebia Erving Goffman, por exemplo) que produzem significados culturais.

Recebido em julho de 2017

Aceito para publicação em maio de 2018